

A retórica e os números

A recusa da oposição em aprovar o pacote fiscal do governo tem base legal e sustenta-se em bons argumentos, mas não resolve o problema contábil de Brasília. O GDF errou ao deixar para o último momento questão de tal magnitude, mas persiste a carência financeira que motivou o pacote.

Se o caminho adotado pelo governo não é o mais adequado, cabe à oposição não apenas rechaçá-lo — o que é relativamente simples. É indispensável que apresente solução alternativa, capaz de atender ao interesse da cidade.

Matemática, ao contrário da retórica, é ciência exata. Lida com realidades objetivas e exige concretude em seus dados. O GDF dispõe de números preocupantes em relação às contas da cidade, que exigem mais que os protestos da oposição: exigem cooperação para encontrar uma saída legal para o impasse.

Para que se tenha uma idéia do alcance da situação, basta dizer que Câmara Legislativa e Tribunal de Contas, que são apenas duas das muitas instituições que integram o Poder Público no Distrito Federal, custaram ao erário, até o mês passado, R\$ 48,5 milhões e R\$ 44,4 milhões, respectivamente.

Até o final do ano, somadas, custarão R\$ 110 milhões. Pois bem: o total a ser arrecadado pelo GDF com a receita do IPTU, uma das maiores de que dispõe a cidade, será, até o fi-

nal do ano, de apenas R\$ 73 milhões, insuficiente para cobrir as despesas apenas daqueles dois órgãos.

Se nada acontecer — isto é, se a receita de impostos não aumentar —, o GDF não terá como cumprir seus compromissos e muito menos como continuar investindo em áreas fundamentais, como a social. Mais uma vez, vale o lembrete: a ciência dos números não é como a da retórica. Lida com realidades mais lineares, onde dois e dois sempre resultam em quatro.

É louvável o zelo oposicionista pelo fiel cumprimento da lei. O GDF encaminhou pacote fiscal fora dos prazos da Lei Orgânica da cidade. Não havia outra alternativa senão denunciar a ilegalidade e rejeitar o pacote. Resta, porém, o problema da insuficiência de fundos, que é de todos.

Cabe aos parlamentares de Brasília — na Câmara Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado — unirem-se em defesa da cidade. Além de viabilizarem outros meios de captação de recursos, no mais curto prazo de tempo possível, devem cobrar da União o repasse de receitas que pertencem à cidade.

Uma coisa é certa: a capital do país, sede dos poderes da República e hospedeira do corpo diplomático internacional, não pode continuar sendo tratada com tamanho desprezo pelo maior beneficiário de seus serviços públicos — o governo federal.